



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 19ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

No vigésimo sétimo dia do mês de novembro de 2014, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: **1º) Eleições 2º) Apresentação da política Estadual de Atenção Básica (PEAB/SES/RS 3º) Debates e Encaminhamentos. Titulares:** Sandra Leon, Jairo Tessari, José Hélio Freitas, Paulo Humberto, Camila Jacques, Rosemeri Suzin, Adão Zanandrea, Ana Albernaz, Juliana Wingert, Odil Gomes, Celia Chaves, Ana Valls, Mario Reis, Nádia Frizzo, Eni Bahia, João de Deus, Luiz Pinheiro, Luciane Cimador, Ana Maria Martins, Inque Schneider, Alcides Pozzobon, Ricardo Charão **Suplentes:** Miriam Kollinger, Mariângela Bervieri, Kelly de Mattos, Aurélio Pereira, Rafaeli Silva, Paulo Filho, Tatiane Adamski, Ivarlete França, Jaime Berdias, Jeisson Rex. Paulo Humberto abre a plenária com a leitura dos pontos de pauta. Paulo anuncia o início das eleições e o recebimento dos votos nas urnas. Ele oferece o uso de voz para quem tiver alguma manifestação a fazer, enquanto as eleições são realizadas. Paulo Azeredo, da FAMURS, diz que o CES deveria verificar o atraso de repasses de recursos para os programas estaduais de saúde. Aponta que os gestores estão com dificuldades em aplicar os programas da saúde pela falta de repasse. Rafaeli conta que a Comissão de Educação Permanente se reunirá no dia 2 de dezembro no local para discutir sobre a Conferência de Saúde e convida as demais entidades interessadas a comparecerem. Diz que deve haver plenária antes do dia 7 de abril, dia Mundial da Saúde, que trate de encaminhar as propostas das conferências para o Plano Nacional de Saúde. Registra, também, seu repúdio à decisão dos deputados de aprovar o projeto de aposentadoria de urgência dos deputados. Comenta que é importante que a Lei do Conselho seja aprovada para dar mais força ao CES. Diz que dia 5 também haverá reunião sobre o assunto proposto para o dia 2. Cláudio diz que quer tratar da Conferência Nacional de Saúde, cujo decreto ainda não foi publicado. Diz que, mesmo assim, já tem algumas informações. Uma delas é que dias 7 e 8 de abril haverá uma plenária de conselhos para avaliar o SUS no Brasil. Depois dessa avaliação, haverá as conferências municipais, estaduais e a nacional em novembro. Diz que o decreto será publicado em alguns dias e que ainda não se sabe o conteúdo específico. Sugere que se organize já um GT para fazer a preparação para as conferências de saúde. Sugere que se faça uma reunião dia 2 de dezembro no presente local para se tratar do assunto. Sandra Leon diz que é importante que as pessoas incorporem esse trabalho, pois a conferência dará muito trabalho e é importante se adiantarem. Magda Aline, da Saúde Coletiva da UFRGS, relata sobre o concurso para o qual foram abertas 1200 vagas, porém não foram chamados nem metade ainda. Cláudio comenta o caso do concurso. Diz que ainda há prazo legal para a nomeação dos servidores, mas que há uma emergência em se chamar funcionários concursados. Comenta que houve um grupo que se reuniu para tratar do assunto e que fizeram várias movimentações. Diz que seria interessante o CES fazer uma moção para que haja a nomeação dos concursados ainda este ano. Comenta que o CES tem dever político de trabalhar na questão. Roberta, assistente social, diz que também está envolvida no trabalho para a nomeação dos concursados. Reclama quanto ao atraso dos chamamentos e destaca a dedicação que os candidatos tiveram para estudo e efetuação da prova. Rosângela diz que concursos são assim. Comenta que isso não justifica o que aconteceu. Relata que fizeram chamamentos de concursos mais antigos do que o reclamado e diz que não se está dizendo que não faltam funcionários. Comenta que seria interessante colocar na resolução que foram chamados já 780 pessoas e serão chamadas mais 40, que são os dentistas. Diz que o que dificultou para chamar mais

47 funcionários para área da saúde foi a perícia médica e os professores. Comenta que houve sim
48 aumento de volume financeiro, mesmo que não sejam os 12% que deveriam. Diz que estão tentando
49 chamar mais concursados e que não dá para dizer que não. Comenta que tentarão chamar o que der
50 até o final do ano. Sugestiona que na comissão de acompanhamento se trate da questão da
51 capacitação para o SUS. Ivarlete relata que o CES 2011/2012 vem acompanhando o processo de
52 desinstitucionalização que foi desencadeado no estado, especialmente no Hospital Psiquiátrico São
53 Pedro. Diz que houve um processo muito interessante, que foi a aquisição por parte do Estado de
54 várias casas para que os usuários continuassem seu tratamento de inclusão na sociedade. Comenta
55 que houve movimentos contra o processo de desinstitucionalização que atrasaram o trabalho. Diz
56 que tomaram iniciativa de fazer uma visita a essas casas para fiscalizar a qualidade do serviço e que
57 ficaram positivamente surpresos. Relata que fizeram um relatório sobre a visita e que incluíram no
58 processo, para mostrar ao juiz os resultados positivos do trabalho do controle social. Comenta que
59 receberam a notícia de que foi derrubada a liminar contra a desinstitucionalização. Cláudio diz que
60 a Conferência do Trabalhador foi feita e ainda não conseguiram fazer a avaliação que gostariam.
61 Comenta que resolveram, então, fazer uma reunião com os delegados no dia 8 para discutir a
62 intervenção da bancada do RS na conferência. Relata que esteve por volta de quinze dias atrás em
63 dois dias da organização da Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, onde discutiram o
64 regulamento e conseguiram corrigir alguns itens e outros não. Diz que discutiram as mesas que
65 estarão presentes na conferência. Comenta que a ideia é obter os documentos resultantes de tal
66 organização e enviar aos delegados, para que possam fazer uma conversa e se manifestar. Mario
67 Reis, da CUT, diz que tentaram, através de conversa com o Cláudio, reunir as pessoas. Diz que se
68 responsabilizam que o seu delegado esteja presente. Comenta que desde 2004 trabalham na questão
69 de saúde do trabalhador em um grupo, o Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador, e que estão
70 discutindo para o ano que vem as questões de previdência social e as perícias médicas. Diz que eles
71 têm feito esse debate e que apareceu um debate para que se regionalize as discussões do dia 28 de
72 abril. Comenta que, após muito debate, entenderam que, em decorrência da movimentação das
73 gestões após eleições, será melhor esperar para tomar algumas ações. Diz que a ideia é centralizar a
74 conversa entre representantes dos CERESTs em Porto Alegre. Ana Valls convida os presentes a
75 comparecer e divulgar a ação pelo Dia de Luta Contra o Uso de Agrotóxicos, que será feita na
76 Esquina Democrática, para chamar a atenção das pessoas para a luta contra o uso de agrotóxicos
77 nos alimentos. Diz que devem brigar por essa ação de saúde e contra o uso de veneno nos
78 alimentos. Comenta que no dia primeiro de dezembro, na Assembleia Legislativa, na Comissão de
79 Agricultura, haverá a discussão sobre a liberação de certos agrotóxicos proibidos no Estado. Ana
80 Valls ressalta também a questão da notificação de uso de agrotóxicos na produção de alimentos no
81 Estado do Rio Grande do Sul. Diz que os dados estão defasados. Comenta que as empresas negam a
82 nocividade do agrotóxico. Relata que há um cálculo feito pelo Centro de Vigilância do Estado que
83 mostra que se deve multiplicar por cinquenta o número de casos notificados de intoxicação por
84 agrotóxicos para se chegar ao número real. Comenta que o código penal no artigo 269 diz que o
85 médico tem o dever de notificar todas as doenças de notificação obrigatória. Diz que hoje em dia se
86 usa o termo “compulsória” no local de obrigatória. Comenta que, mesmo quando não há casos,
87 deve-se notificar isso. Diz que as secretarias municipais de saúde devem fornecer as ferramentas
88 necessárias para as notificações. Comenta que hoje, com o advento da internet, qualquer médico,
89 agente de saúde e conselheiro de saúde tem a possibilidade e dever de notificar casos. Relata que
90 conversou com muitas pessoas e que descobriu que elas desconhecem esse fato, tanto pessoas
91 próximas quanto diretamente envolvidas com tais casos. Conta sobre um almoço onde esteve com
92 uma médica cubana, que mostrou desconhecimento da necessidade da notificação de casos de
93 intoxicação de agrotóxicos e solicitou para Ana Valls os formulários. Ana conta que, no momento, a
94 secretária se manifestou e disse que não havia necessidade, ela mesma forneceria os formulários. A
95 conselheira reclama o fato que muitos casos não estão sendo notificados, protegendo o uso de
96 agrotóxicos. Paulo avisa que há meia hora até o fim do prazo para a votação e que esse tempo será
97 usado para a apresentação e apreciação da Política Estadual de Atenção Básica. Ricardo, médico
98 sanitário, que coordena a atenção básica no Estado, faz a apresentação. Paulo diz que a votação se

99 encerrou e que agora haverá a continuidade do processo eleitoral. Comenta que formarão uma
100 comissão para tratar dessa política. Cláudio diz que o que foi apresentado receberam como minuta,
101 porém essa minuta já foi publicada no Diário Oficial com resolução da CIB. Diz que é uma situação
102 complicada, porque uma política deve ser aprovada pelo CES antes mesmo de passar pela CIB.
103 Relata que, pelo que leu na minuta, há várias questões que vão contra as deliberações das
104 conferências nacionais e estaduais de saúde. Propõe que se forme uma comissão para discutir o
105 assunto. Camila anuncia o encerramento dos votos, a abertura das urnas, a contagem dos votos e
106 que depois ainda há a eleição para presidente e vice-presidente. Paulo diz para que as pessoas que
107 quiserem fazer parte do grupo que façam a inscrição e marquem uma data para se reunir. João de
108 Deus cumprimenta o atual Presidente pelo exercício e pelo respeito que teve com os conselheiros.
109 Pede para que o próximo presidente tenha respeito pelos conselheiros. Camila diz que as urnas já
110 foram abertas, os votos contados e que a chapa única venceu com a totalidade dos votos feitos,
111 havendo uma ausência de votante. Paulo apresenta, antes de haver a votação para Presidente e Vice-
112 Presidente, a proposta da chapa para a ocupação desses cargos, que são Célia Chaves e Cláudio
113 Augustin, respectivamente. A plenária aprova a proposta. Camila declara encerrado o processo
114 eleitoral. Eni Bahia parabeniza Paulo pelo mandato. Ela reforça a necessidade da Mesa trabalhar e
115 apoiar o Presidente, salientando o fato de Paulo ter feito muitos trabalhos sem apoio. Ivarlete
116 contempla o mandato feito por Paulo. Lembra que um dos desafios que será enfrentado pela nova
117 Mesa é a luta pela aprovação da Lei do Conselho. Reforça a necessidade de respeitar o período de
118 expediente interno do CES, que inclusive foi aprovado em plenária, que ocorre às sextas-feiras, se
119 abdicando de realizar atividades nesses momentos. Lotário diz que os conselheiros devem fazer a
120 ação da autoavaliação, principalmente no que refere às responsabilidades, que por vezes são
121 repassadas às mesas. Parabeniza a nova Mesa. Anuncia que amanhã haverá em Três Passos um
122 seminário de saúde, onde será discutido questões de equipes médicas e de meio ambiente, assim
123 como agrotóxicos. Célia agradece a confiança depositada nela pelo Conselho e diz que pretende ter
124 as qualidades que o presidente Paulo demonstrou. Comenta que há tempo desde a última
125 representação do grupo dos trabalhadores na presidência do CES, mas que antes de ser uma
126 integrante desse grupo, é defensora do SUS. Diz que a Mesa sempre terá o conselho aberto a todos
127 que queiram ajudar a defender um SUS de qualidade e que farão de tudo para aprimorar ainda mais
128 o processo de fortalecimento do CES. Afirma que trabalharão para que os funcionários do CES
129 tenham condições para trabalhar. Diz que a nova Mesa é quase uma continuação da Mesa antiga,
130 uma vez que não houve muitas mudanças nos membros. Convoca a todos presentes a que ajudem
131 sempre que puderem na luta pelo SUS. Contempla, mais uma vez, o trabalho que Paulo fez.
132 Miriam, representante do CRESS, diz que o GT de Política de Atenção Básica mudou a data de
133 reunião, que antes seria em uma sexta-feira, contemplando o pedido de Ivarlete. Uma funcionária da
134 Secretaria apresenta a Política Estadual de Saúde Mental. Sandra Leon diz que a comissão está
135 acompanhando a política e que já tem um parecer, que é favorável à política, com algumas
136 ressalvas, e que na próxima plenária a sua comissão apresentará o parecer. Célia comenta que a
137 resolução de tal apresentação será posta em votação na próxima plenária junto com um conjunto de
138 resoluções. Ela diz que o parecer será enviado por e-mail para os conselheiros fazerem suas
139 análises. Adão Zanandréa diz que sua preocupação é com as pessoas acima de 70 anos, pessoas que
140 60% possuem alguma desvantagem social, como deficiência mental e que muitas vezes são
141 abandonadas. Comenta sobre a Casa Lar, onde pessoas são abandonadas. Diz que fez uma
142 representação no MP e eles o mandaram pegar cada caso e fazer uma representação em separado.
143 Ana Valls pergunta o que é o apoio institucional apresentado no programa. Questiona, também, no
144 que o Hospital São Pedro será transformado após a desinstitucionalização. Pergunta porque ele será
145 desativado e não readaptado para as necessidades da saúde mental. Solicita receber a política em si,
146 pois apresentação foi só de alguns pontos. João de Deus pergunta sobre o programa “De volta pra
147 casa”, quanto tempo se mantém a bolsa dada e como funciona. Rafaelli diz que recebeu em seu
148 CMS uma estudante de saúde mental que lhe perguntou se há um banco de dados dos CAPS.
149 Comenta que não conhece quase nada. Sobre o plano, pergunta se é só um plano ou se há uma
150 estratégia com ações intersetoriais. José Hélio pergunta sobre o projeto terapêutico circular, dentro

151 da questão da AIDS, se haverá um apoio desse plano. Diz que há muitas vítimas de AIDS que têm
152 sofrimento psíquico, como depressão, sem ser necessariamente doença mental. Nádia diz que esse
153 plano é um trabalho difícil de ser executado e de estudar, e que gostaria de receber mais materiais
154 sobre o assunto, para se apropriar mais antes de discutir. Comenta que há muitos itens polêmicos e
155 complicados para serem questionados sem se apropriar de mais informações. Célia explica que essa
156 apresentação foi um ponto incluído em consequência de um pedido da comissão para caso sobrasse
157 tempo. Diz que por ser um ponto que foi incluído no dia, não será possível colocar em votação e
158 apreciação, tampouco colocará em votação o parecer. Cláudio Augustin diz que quer levantar duas
159 questões. A primeira é que no Estado do Rio Grande do Sul uma coisa que passou para a ponta da
160 aposentadoria por invalidez são as doenças mentais, de uma forma ampla e que não há qualquer
161 política do Estado para os seus servidores. Comenta que no sindicato se recebe a todo momento
162 aposentadorias dessa espécie, porém não há programa para essas pessoas. A segunda questão é que
163 o RS tem dado muito dinheiro para as comunidades terapêuticas, mesmo com a Conferência
164 Nacional tendo dito que era contra. Diz que a Saúde Mental não pode fazer esse repasse e que pela
165 lei 141 as políticas de saúde devem se embasar nas conferências. Comenta que devem cobrar que se
166 faça valer a conferência ou ela não haverá porque existir. Ivarlete diz que o Estado do Rio Grande
167 do Sul, assim como o Brasil, aprovou uma lei, sendo pioneiro, de reforma psiquiátrica que prevê a
168 figura dos serviços substitutivos. Comenta que hoje há a RAP e que ela não traz a ideia da
169 substituição. Diz que nas RAPs há os pontos de atenção e nela estão as comunidades terapêuticas.
170 Comenta que os serviços substitutivos prevem a substituição de todo e qualquer modelo manicomial
171 por uma rede de substitutivos em liberdade. Diz que, então, é por isso que se deve desativar o São
172 Pedro, pois este é um manicômio. Relata que a ideia da desinstitucionalização é atender as
173 necessidades de lugar de cada sujeito nesta sociedade excludente. Sobre a questão dos portadores de
174 HIV, não vão criar uma política especial, pois é uma transversalidade, e não querem criar uma nova
175 exclusão. Ivarlete comenta a importância dos conselheiros estarem por dentro das políticas; Sandra
176 Leon diz que existe uma discussão há muito tempo já sobre o São Pedro e que a ideia é que volte
177 para a comunidade. Comenta que tudo que as pessoas acham que não existem lá dentro, como
178 maus-tratos e eletrochoque, existem. Ela reforça a necessidade de todos os conselheiros estarem por
179 dentro de todos os programas da saúde, de todos os assuntos, para não deliberar equivocadamente
180 sobre isso. Relata que a Comissão de Saúde Mental fez um trabalho de formação de conselheiros
181 em tal assunto, porém no máximo dez conselheiros estavam presentes. Diz que os conselheiros
182 devem se inteirar sobre os assuntos para não aprovar planos fora da lei. Comenta que novamente a
183 Comissão de Saúde Mental fará um trabalho de formação e que os conselheiros devem se inteirar do
184 assunto. A funcionária da Secretaria diz que o que o as conselheiras trouxeram apresentaram o tom
185 e que o plano apresentou diretrizes do que se pensa da possibilidade de cuidado. Comenta que
186 muitas das questões desrespeitaram a operacionalização. Diz que o que querem assegurar é que
187 essas diretrizes, nessa troca de governo, sejam respeitadas. Comenta que o que é forte e presente são
188 as pessoas asiladas e em condições subumanas, sofrendo maus tratos, abandono, estupro etc. Diz
189 que há um trabalho para tentar identificar as pessoas que estão abrindo essas casas, porém elas
190 somem quando se descobre algo, fugindo. Comenta que várias casas são fechadas, porém são
191 reabertas em outro lugar com outro nome. Relata que estão tentando fazer com que os municípios
192 recebam seus moradores de volta com dignidade. Diz que quando se fala sobre apoio institucional
193 no plano é enquanto estratégia que quer que se mantenha, porque ouviram do COSEMS o quanto
194 essa estratégia foi forte. Comenta que essa é uma estratégia de gestão e se vai ter seguimento, não
195 podem responder. Diz que o apoio institucional é de servidores concursados. Comenta que o
196 programa “De volta para casa” é uma bolsa sem prazo de término e é para pessoas que passaram
197 mais de dois anos institucionalizadas. Diz que tal bolsa é de valor menor que um salário mínimo,
198 que pode ser recebida junto ao BPC e que é uma bolsa de auxílio à renda. Sobre o banco de dados
199 que Rafaeli comentou, diz que tanto há um banco de dados dos CAPS, como há uma pesquisa
200 promovida pelo MS e por várias universidades. Relata que há até documentos publicados pelo
201 CAPS Sul com esses dados. Diz que estão trabalhando para ter um sistema, como a Atenção Básica
202 e outros têm, com registros mínimos. Comenta que nos hospitais estão trabalhando com a lógica de

203 relatórios e projetos terapêuticos singulares. Diz que nesses relatórios eles têm que esmiuçar o
204 processo de trabalho de cuidado de saúde mental. Comenta que esses relatórios estão disponíveis ao
205 conselho. Em relação ao plano de ações, esse documento é como política, como diretriz, diz que não
206 têm como dizer o que vai ou não realmente ser feito, porque dependem do que o novo gestor fará e
207 que o que apresentaram foram apenas diretrizes que seguirão. Diz que as políticas serão enviadas.
208 Sobre o que o Cláudio falou, diz que não tem como incidir sobre os tipos de vínculos com os
209 municípios. Diz que estão trabalhando para mostrar que os municípios têm sim como contratar mais
210 profissionais e que os CMS podem pressionar também. Comenta que o que o Cláudio falou é
211 pertinente a todas as políticas. Sobre as comunidades terapêuticas, diz que reduziram drasticamente
212 o número de vagas nos últimos anos, considerando irregularidades e vistorias. Diz que o que estão
213 tentando fazer é que, já que há vagas existentes, estão fazendo vistoria para que funcionem como
214 devem. Comenta que não há processo de renovação ou aumento de vagas de comunidades
215 terapêuticas. Ela diz que ainda há muitas comunidades terapêuticas clandestinas. Cláudio diz que, se
216 ainda há comunidades terapêuticas clandestinas e casas fechadas reabrindo, é porque não há política
217 pública. Diz que, se houver política pública, não há porque haver comunidades terapêuticas
218 clandestinas, já que as pessoas não vão precisar. Vanessa, da área técnica de saúde mental do estado,
219 diz que há sim uma política pública, porém a cidade, o dia a dia das pessoas e a forma de cuidado
220 estão mudando. Diz que antes se colocava os familiares no hospício, porém como não há mais,
221 estão colocando nessas comunidades terapêuticas, porém o que deve ser feito é apresentar essas
222 alternativas. Nádia diz que é verdade que a comunidade entra na brecha de onde o Estado falha.
223 Comenta que gostaria de ver, por exemplo, as comunidades terapêuticas, ou com outro nome, se
224 tornando públicas, sob um serviço pertinente às necessidades. A funcionária da Secretaria diz que há
225 alternativas públicas, que são as unidades de acolhimento transitório, com possibilidade de
226 permanência de até 6 meses, sob atenção de equipe técnica, com cunho de integração social.
227 Comenta que não há possibilidade de comunidades terapêuticas se tornarem públicas, porque tem
228 outra origem, outro cunho, com cunho religioso e outra lógica de funcionamento. Relata que em
229 90% das vistorias que fizeram, não havia profissionais presentes, com usuários cuidando de
230 usuários, em situações precárias, longe da cidade, se alguém se machucasse, não havia telefone ou
231 transporte para a cidade. Diz que não há como se tornarem públicas. Relata que as unidades de
232 acolhimento transitório já têm recurso disponível, com unidades específicas para adolescentes e
233 unidades específicas para adultos, e já estão dispostas com equipes preparadas para esse tipo de
234 cuidado. Reforça que enviarão a política, para que analisem deem sua opinião. Sugere que
235 respondam no próprio e-mail as sugestões. Nada mais havendo a tratar, Célia Chaves, deu por
236 encerrada a reunião, da qual eu, lavrei a presente ata que, após leitura e aprovação, será assinada
237 pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 27 de novembro de 2014.

238
239

240 Paulo Humberto Gomes da Silva
241 Presidente do CES/RS

Célia Chaves
Vice Presidente do CES/RS

242
243

244 Alfredo Gonçalves
245 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro
Coordenadora do CES/RS

246
247

248 Jairo Francisco Tessari
249 Coordenador do CES/RS

Márcio Belloc
Coordenador do CES/RS

250
251

252 Carlos Alberto Ebeling Duarte
253 Coordenador do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes
Coordenador do CES/RS